

Edição nº 01/16

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria das Sessões  
Serviço de Jurisprudência

## Boletim informativo

## Decisões TCDF

*O texto apresentado neste informativo constitui-se em um extrato produzido pelo Serviço de Jurisprudência sobre o posicionamento do TCDF em matérias abordadas por ocasião do julgamento do processo e que conduziu à decisão referenciada, mas não representa o texto da decisão, não sendo, portanto, repositório oficial. Para conhecimento mais aprofundado da matéria, acesse o inteiro teor da decisão, das peças processuais e de outras normas citadas, utilizando os links disponibilizados neste informativo.*

Sessões dos dias 19 e 21 de janeiro de 2016.

**Sumário****LICITAÇÃO**

LICITAÇÃO. EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA. ORÇAMENTO ESTIMATIVO. SISTEMAS OFICIAIS REFERENCIAIS DE PREÇOS. SISTEMA DE CUSTOS RODOVIÁRIOS – SICRO E SISTEMA NACIONAL DE PESQUISAS DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI.

LICITAÇÃO. PREGÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA.

LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO.

LICITAÇÃO. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE ATESTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DE QUANTITATIVOS MÍNIMOS PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO. COMPROVAÇÃO DE FATO ÚNICO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO.

LICITAÇÃO. SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO. NATUREZA DA ATIVIDADE. HABILITAÇÃO TÉCNICA. REGISTRO DA EMPRESA E DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO – CRA.

LICITAÇÃO. FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E VALE REFEIÇÃO. CARTÃO COM *CHIP* ELETRÔNICO. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT. CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL. FIXAÇÃO DE PRAZO MÍNIMO DE EXPERIÊNCIA PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DE CONTRATO PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATO DISCRICIONÁRIO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.

LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – CBPF.

**PESSOAL**

PESSOAL. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS. CARGOS PÚBLICOS INACUMULÁVEIS NA ATIVIDADE. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS COM VENCIMENTOS. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS COM PROVENTOS. OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO. *TEMPUS REGIT ACTUM*.

**CONTAS**

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. PREJUÍZO APURADO ABAIXO DO VALOR DE ALÇADA. PROCEDIMENTO SUMÁRIO E ECONÔMICO. NEGOCIAÇÃO PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. CONCESSÃO E PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE PELA PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO. DEVER DE COMPROVAR A MUDANÇA PARA A CIDADE INDICADA.

**PROCESSUAL**

PROCESSUAL. PEDIDO DE REEXAME. EFEITO SUSPENSIVO. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO. REPASSE DE RECURSOS DA UNIÃO PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – PMDF. APLICAÇÃO DOS RECURSOS PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

# LICITAÇÃO

## 1. [DECISÃO Nº 54/2016](#). PROCESSO Nº 30997/2013.

LICITAÇÃO. EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA. ORÇAMENTO ESTIMATIVO. SISTEMAS OFICIAIS REFERENCIAIS DE PREÇOS. SISTEMA DE CUSTOS RODOVIÁRIOS – SICRO E SISTEMA NACIONAL DE PESQUISAS DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI.

Em contratação de serviços e execução de obras públicas, deve-se utilizar os sistemas oficiais de preços (SINAPI/DF e SICRO/DNIT) para a análise da conformidade dos valores praticados pelo mercado, justificando, caso a caso, a impossibilidade do emprego desses referenciais.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [5057/2014](#), [1802/2014](#), [1583/2014](#), [5703/2013](#) e [5951/2006](#).*

Decisão por unanimidade.

## 2. [DECISÃO Nº 53/2016](#). PROCESSO Nº 28100/2015-e.

LICITAÇÃO. PREGÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA.

É cabível o uso da modalidade de licitação Pregão para a contratação de serviços comuns de engenharia.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [5123/2014](#) e [2642/2014](#).*

Ver [Súmula TCU nº 257/2010](#).

Decisão por unanimidade.

## 3. [DECISÃO Nº 43/2016](#). PROCESSO Nº 38148/2015-e. (Referenda a Decisão Liminar nº 33/2015-P/AT)

LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO.

A habilitação de licitante em processo seletivo, ainda que simplificado, realizado nas hipóteses de licitação dispensável por opção do gestor, sujeita-se aos mesmos limites previstos na lei para os procedimentos comuns de contratação pública, a exemplo do dever de motivação do ato administrativo como forma de preservar os princípios da ampla competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Decisão por unanimidade.

## 4. [DECISÃO Nº 25/2016](#). PROCESSO Nº 33065/2015-e. (Referenda a Decisão Liminar nº 020/2015-P/AT.)

LICITAÇÃO. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE ATESTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DE QUANTITATIVOS MÍNIMOS PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO. COMPROVAÇÃO DE FATÓ ÚNICO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO.

1. 'Nas licitações e contratações públicas, o parcelamento do objeto não se opera apenas pela via formal, sendo, também, atendido pelo parcelamento material, por intermédio da permissão para que empresas em consórcios venham a participar do certame, atendendo às disposições contidas nos artigos 23, §1º, e 15, IV, com a redação do art. 33, todos da [Lei nº 8.666](#), de 21 de junho de 1993, desde que possa propiciar, para o caso concreto, a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, conforme prevê o art. 3º da mesma lei'.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [5549/2015](#), [5056/2014](#), [3939/2014](#) e [Decisão Normativa nº 02/2012](#).*

2. Admite-se restrição ao somatório de atestados para comprovação de capacidade técnico-operacional nos casos em que o aumento de quantitativos do serviço acarrete, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e os prazos para a sua execução, devendo constar dos autos da licitação justificativa técnica para a restrição. “A justificativa técnica é aquela em que se comprova que a soma de atestados não é adequada ao objeto do certame, evidenciando os motivos devidamente acompanhados de estudos e análises técnicas”.

*Precedentes:* **TCDF:** Decisões nºs [5531/2014](#), [5049/2014](#), [4777/2014](#), [4694/2014](#), [4281/2013](#) e [6161/2010](#); **TCU:** Acórdãos nºs [1865/2012](#), [1231/2012](#), [1390/2010](#), [3043/2009](#), [2882/2008](#), [2215/2008](#), [1240/2008](#), [2656/2007](#), [2194/2007](#), [2359/2007](#), [1636/2007](#) e [2088/2004](#), todos do Plenário.

3. ‘A exigência de quantidade mínima de atestados para comprovar fato único, bem como a exigência de comprovação de capacidades independentes em um único documento não é admissível à luz dos princípios norteadores da licitação pública, conforme estabelecido no art. 3º, caput, e § 1º, I, da [Lei nº 8.666/93](#)’.

*Precedente TCDF:* [Decisão Normativa nº 02/2003](#).

4. ‘No que diz respeito à capacitação da empresa licitante, a exigência de: **a)** quantidades mínimas para comprovação da capacidade técnico-profissional não é compatível com os termos do art. 30, I, da [Lei nº 8.666/93](#); **b)** quantidades mínimas para comprovar conhecimentos, habilidades ou aptidões para a realização dos trabalhos também não é compatível com os termos do art. 30, I, da [Lei nº 8.666/93](#), pois tais atributos são objeto da capacidade técnico-profissional.’ (Ver [Decisão Normativa nº 02/2003](#)).

*Precedente TCDF:* [Decisão nº 863/2015](#).

Decisão por unanimidade.

**5. [DECISÃO Nº 16/2016](#). PROCESSO Nº 35580/2015-e.** (Referenda a Decisão Liminar nº 09/2016-P/AT)

LICITAÇÃO. SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO. NATUREZA DA ATIVIDADE. HABILITAÇÃO TÉCNICA. REGISTRO DA EMPRESA E DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO – CRA.

‘A prestação de serviço de segurança e vigilância não configura atividade de administração, o que inviabiliza a exigência, em edital de licitação, de registro de empresa do setor, bem como de seus respectivos atestados de capacidade técnica, no Conselho Regional de Administração’.

*Precedente TCDF:* [Decisão nº 538/2015](#).

Decisão por unanimidade.

**6. [DECISÃO Nº 12/2016](#). PROCESSO Nº 34142/2015-e.** (Referenda a Decisão Liminar nº 19/2015-P/AT)

LICITAÇÃO. FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E VALE REFEIÇÃO. CARTÃO COM *CHIP* ELETRÔNICO. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT. CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL. FIXAÇÃO DE PRAZO MÍNIMO DE EXPERIÊNCIA PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DE CONTRATO PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATO DISCRICIONÁRIO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.

1. A exigência de cartão eletrônico equipado com *chip* de segurança na contratação de empresa para fornecimento de vale alimentação e vale refeição insere-se na esfera de discricionariedade do contratante e não configura restrição à competitividade.

*Precedentes:* Decisões **TCDF** nºs [5947/2014](#), [1764/2014](#) e [105/2014-Ord.](#) Acórdãos **TCU** nºs [1228/2014-P](#) e [112/2013-P](#).

2. 'A fixação de taxa de administração máxima referencial na contratação de empresa para fornecimento de vale alimentação e vale refeição não contraria a lei de licitações, tampouco restringe direitos ou ofende critérios de aceitabilidade de preços'.

*Precedentes:* Decisões **TCDF** nºs [1722/2015](#), [5947/2014](#), [1764/2014](#) e [105/2014-Ord](#); Acórdãos **TCU** nºs [3138-45/2014-P](#), [1228/2014-P](#) e [112/2013-P](#).

3. A demonstração do cumprimento de obrigações de ordem trabalhista, sindical e de medicina do trabalho, na fase de habilitação jurídica de procedimento licitatório, tais como apresentação de certidão de regularidade sindical e comprovante de inscrição no programa de alimentação do Trabalhador – PAT, não encontra respaldo na legislação, configurando restrição à ampla competitividade do certame.

*Precedente TCDF:* [Decisão nº 698/2015](#).

4. Na contratação de serviços continuados, a Administração Pública poderá exigir do licitante a comprovação de experiência compatível em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos. (Ver art. 19, § 5º, inciso I, da [IN 02/08-MPOG](#)).

5. A comprovação de aptidão para cumprimento do objeto de licitação deve ser feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos do art. 30, §1º, da [Lei federal nº 8.666/1993](#). Apenas na hipótese de fundada dúvida acerca da validade/veracidade dos atestados apresentados admite-se a exigência de apresentação de cópia dos contratos que deram suporte à contratação.

Decisão por unanimidade.

**7. [DECISÃO Nº 05/2016](#). PROCESSO Nº 38075/2015-e.** (Referenda a Decisão Liminar nº 12/2016-P/AT)

LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – CBPF.

'O Certificado de Registro de Produto e o Certificado de Boas Práticas de Fabricação devem ser exigidos quando da aquisição dos produtos e não como requisito de habilitação dos licitantes'.

*Precedentes TCDF:* Decisões nºs [865/2015](#) e [6231/2014](#).

Decisão por unanimidade.

*Nota:* Ver também nestes autos a [Decisão nº 39/2016](#), que referenda a Decisão Liminar nº 38/2015-P/AT, com igual determinação.

[voltar sumário](#)

## PESSOAL

### 1. **DECISÃO Nº 74/2016.** **PROCESSO Nº 16689/2014.**

PESSOAL. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS. CARGOS PÚBLICOS INACUMULÁVEIS NA ATIVIDADE. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS COM VENCIMENTOS. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS COM PROVENTOS. OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO. *TEMPUS REGIT ACTUM*.

1. “É vedada ao servidor público civil aposentado e ao militar da reserva remunerada ou reformado a acumulação de proventos e vencimentos, decorrente de cargos não acumuláveis na forma da [Constituição Federal](#), ressalvada a situação do inativo, servidor público civil ou militar, que tenha ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na [Constituição Federal](#), até a data de publicação da [Emenda Constitucional nº 20/98](#) (art. 11)”.

2. ‘Na hipótese de acumulação de proventos de aposentadoria com vencimentos, em face da ressalva mencionada no item acima, ao servidor público civil que venha a implementar os requisitos para nova aposentadoria e aos beneficiários de pensão por ele instituída, será facultada a opção pelo benefício mais vantajoso’.

3. “É vedada a acumulação de proventos com proventos por servidor público civil, somente admissível quando decorrente de cargos acumuláveis na forma da [Constituição Federal](#)”.

4. Verificada a impossibilidade de acumulação, o servidor deverá optar por um dos proventos que acumula.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [5697/2014](#), [728/2007](#) e [5440/2004](#).*

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

# CONTAS

## 1. [DECISÃO Nº 78/2016](#). PROCESSO Nº 38580/2006.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. PREJUÍZO APURADO ABAIXO DO VALOR DE ALÇADA. PROCEDIMENTO SUMÁRIO E ECONÔMICO. NEGOCIAÇÃO PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.

1. Devem ser adotados procedimentos sumários e econômicos de apuração de responsabilidade e recomposição do patrimônio público no caso de TCE cujo prejuízo estimado estiver abaixo do valor de alçada, assegurando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório aos envolvidos. ([Resolução TCDF nº 181/2007](#) e [Portaria TCDF nº 307/2015](#)).

2. No caso de TCE abaixo do valor de alçada, devem os autos tramitar somente no âmbito interno do órgão ou entidade responsável pelas apurações, fazendo-se o devido registro no demonstrativo de que trata o art. 14 da [Resolução TCDF nº 102/1998](#).

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [2462/2015](#), [1958/2015](#), [439/2015](#), [182/2015](#), [4608/2014](#) e [6006/2013](#).*

Decisão por unanimidade.

## 2. [DECISÃO Nº 59/2016](#). PROCESSO Nº 8873/2013.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. CONCESSÃO EPAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE PELA PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO. DEVER DE COMPROVAR A MUDANÇA PARA A CIDADE INDICADA.

Cabe ao militar beneficiário da indenização de transporte, recebida em razão de sua passagem para a inatividade, o ônus da prova da mudança de domicílio para a cidade por ele indicada.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [1803/2015](#), [1701/2015](#), [1665/2015](#), [1472/2015](#), [1471/2015](#), [1470/2015](#), [1469/2015](#), [1468/2015](#), [1467/2015](#), [1460/2015](#), [1447/2015](#) e [1427/2015](#).*

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)



## PROCESSUAL

### 1. [DECISÃO Nº 73/2016](#). PROCESSO Nº 31527/2013-e.

PROCESSUAL. PEDIDO DE REEXAME. EFEITO SUSPENSIVO. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.

“A concessão do efeito suspensivo não exime o recorrente da devolução de valores percebidos em desconformidade com a decisão recorrida, caso o recurso seja desprovido”.

*Precedente TCDF:* [Decisão nº 5807/2015](#).

Decisão por unanimidade.

### 2. [DECISÃO Nº 59/2016](#). PROCESSO Nº 8873/2013.

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO. REPASSE DE RECURSOS DA UNIÃO PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – PMDF. APLICAÇÃO DOS RECURSOS PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal compete fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à PMDF, repassados pela União em cumprimento ao art. 21, inciso XIV, da [CF](#), por se tratar de órgão integrado à estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e cujo controle, portanto, não se enquadra no artigo 71, VI, da [CF/1988](#).

*Precedente TCDF:* [Decisão nº 5002/2005](#).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)